

# “Com que direito se apagam as crianças não-brancas dos manuais?”

**P** [publico.pt/2017/09/09/sociedade/noticia/com-que-direito-se-apagam-as-criancas-naobrancas-dos-manuais-1784746](https://publico.pt/2017/09/09/sociedade/noticia/com-que-direito-se-apagam-as-criancas-naobrancas-dos-manuais-1784746)

Joana Gorjão Henriques



Foto

Cientista social, Nina Vigon Manso diz: “É suposto confiar no meu país, não tenho que andar a fazer um escrutínio dos livros” Mário Lopes Pereira

No Portugal dos Pequenitos, o colonialismo não acabou. Esculturas de homens negros de lábios vermelhos e enormes, sem roupa, representados como se fossem primitivos, estão em grande plano. Nas lápides de entrada, o texto fala em missão civilizadora, culturas pouco avançadas, descoberta de países, toda uma forma de contar a História à imagem do Estado Novo, período em que foi inaugurado este parque temático (1940). As crianças que o visitam reproduzem-no: “Aprendi que Cabo Verde já foi de Portugal.

Outros países africanos, também”, diz ao PÚBLICO uma menina de visita. Portugal foi “descobrir o mundo e alargar o império”, comenta outra jovem, de forma entusiasmada.

Newsletter O que (às vezes) lhe escapa

---

Ocasionalmente

Os melhores trabalhos dos últimos dias. Para que nunca lhe escape nada.

Dias depois em Lisboa, em pleno centro histórico, Nina Vigon Manso abre livros da escola primária da filha de oito anos e refere passagens que veiculam o mesmo tipo de narrativa. No ano passado, fez queixa de um manual escolar por identificar conteúdos racistas, depois de a própria filha a ter alertado — era um poema que dizia: “H é a Helena, é preta, diz que é morena.” Explica: “A palavra preta é uma maneira de ofender, é um estigma e é utilizada como arma de arremesso”, comenta. A forma como está articulada a frase de que ela “é preta”, mas “diz que é morena”, sugere que o narrador a “está a desmascarar”: “Ou seja, a criança deduz que as pessoas pretas não são de confiança.”

Investigadora em Ciências Agrárias, Ciências do Consumo e Alimentação e cientista social, Nina Vigon Manso critica a forma como a relação entre “o eu e o outro” é representada nos manuais: “A pessoa central é sempre a criança branca que está a mostrar o seu mundo. Num dos livros há a imagem de um menino loiro que viaja por vários sítios e vê crianças claramente estereotipadas e depois as desenha, ‘validando-as’.” Interroga: “Quando é que vai começar a acontecer serem as outras crianças a falar?”

Num outro livro de Estudo do Meio, em que se analisam as cidades, faz-se passar a ideia de que os não-brancos “apareceram” no país “espontaneamente”. As crianças não-brancas continuam a ser tratadas como estrangeiras e não portuguesas. Por isso, “quem nasceu em Portugal lê aquilo e interroga-se: mas porque é que eu

preciso de ser integrada?” E quando se chega à parte das profissões, nem uma das pessoas representadas é não-branca. “Com que direito é que se apagam as crianças não-brancas dos manuais, o direito a existir no seu próprio país?”

Conclui: “É suposto confiar no meu país, não tenho de andar a fazer um escrutínio dos livros que estão a ser dados na escola e a pensar que a minha filha está a ser alvo de racismo através dos manuais.”

O que mudou desde a queixa? “Nada, que eu saiba. E devia mudar.”

Não é problema de pessoas más

---

O discurso que ali é mostrado não é assim tão diferente do que Marta Araújo, 45 anos, e Silvia Rodríguez Maeso, 43 anos, encontraram em manuais escolares do 3.º ciclo num projecto-chave entre 2008 e 2012 sobre a representação do colonialismo e da escravatura — mais recentemente desenvolvido no livro *Os Contornos do Eurocentrismo — Raça, História e Textos Políticos* (Almedina).

Uma das conclusões é que nos manuais predomina a narrativa de exclusão e de inferiorização das pessoas negras, e uma forma de contar a História que consagra uma hierarquia racial, explica Marta Araújo, a coordenadora deste projecto que durou de 2008 a 2012.

Na sua análise, verificaram que é também comum o “silenciamento da luta política” de libertação. Esta é uma das questões graves, considera Silvia Maeso, justamente porque “o racismo é desumanização” e os manuais reproduzem-no quando representam outros colectivos humanos de forma passiva, sem reagir a uma situação de violência, sem pensar politicamente, nem responder a uma relação de poder.

Num dos *workshops* com jovens que organizaram no âmbito do projecto, foram problematizadas as questões da memória da escravatura. Apresentaram cinco campanhas para a abolição da escravatura. Nenhum dos participantes escolheu a imagem de escravos que se libertavam a si próprios.

Quiseram saber porquê. “Há um que diz: ‘Nunca me passou pela cabeça que fossem capazes de se libertar a si próprios.’ Ou seja, é a ideia do escravo como vítima que é incapaz de se organizar politicamente, que é incapaz de fazer uma luta e de se libertar da opressão. Isto implica uma discussão muito profunda e vem desde as noções mais básicas que aprendemos na escola primária.”

São concepções reproduzidas nas universidades — mesmo que alguns académicos o tenham questionado, nota Silvia Maeso. “O problema é que o conhecimento que transmitimos é racializado, mas não o vemos como tal.”

O racismo não é simplesmente “um problema das pessoas más”, acrescenta, por outro lado, Marta Araújo, para explicar o que é o racismo institucional. “Até mesmo quem está preocupado em denunciar vai perpetuando uma hierarquia racial.” Cita: “David T. Goldberg distingue o estado racista — que seria o *apartheid* — do estado racial, que tem uma legislação que não é explicitamente racista mas que também não tem medidas que promovam o fim do racismo institucional, que atribui direitos diferentes com base em raça”, afirma. “Isto vem desde a escola, e as instituições prolongam-no porque a sua concepção foi feita num mundo a pensar no privilégio branco.”

O Ministério da Educação diz que será apresentada em breve uma estratégia de educação para a cidadania, que inclui temas como a interculturalidade e o racismo. É uma das novidades do projecto-piloto de Autonomia e Flexibilidade Curricular e tem como objectivo potenciar uma abordagem integrada entre estes temas e

os conteúdos de disciplinas como História e Geografia: “Este tipo de trabalho permitirá a exploração de outros materiais e recursos, além dos manuais, que já hoje são avaliados também sob critérios que visam garantir o respeito pela diversidade.”